

pernambucanos de 1817. Na Constituição republicana que elaboraram, um dos artigos prescrevia: “A liberdade de imprensa é proclamada, ficando porém o autor de qualquer obra e seus impressos sujeitos a responder pelos ataques à religião, à Constituição, aos bons costumes e caráter dos indivíduos, na maneira determinada pelas leis em vigor”. Liquidada a rebelião, tudo voltou ao que era. Por pouco tempo, porém. Um dos primeiros atos do governo interino, em Lisboa, na decorrência da revolução do Porto, foi o de “facilitar a impressão e leitura dos bons livros e papéis, nacionais e estrangeiros, para que não se retarde a notícia dos acontecimentos, nem a comunicação de idéias úteis para se dirigir a opinião pública segundo os princípios de uma bem entendida liberdade civil”. É digna de nota a insegurança com que os rebeldes brasileiros de 1817 se referem à liberdade de pensamento, proclamando-a mas temendo-a. Tal o hábito da servidão. A liberdade é também um hábito, e difícil de adquirir, de entrar para a normalidade da aceitação e do comportamento. As declarações citadas refletem ainda o medo à liberdade que a servidão secular inspirava. Tal como hoje, havia então revolucionários com medo da própria revolução, traço inconfundível de classe: de classes que desejam as meias-revoluções, as revoluções limitadas, aquelas que se destinam a proporcionar liberdade não ao povo, mas a determinadas parcelas dele, e não mais do que isso. Mais do que isso, pondo o risco de alastramento da liberdade, alarma os reformadores que se dizem revolucionários.

As novas autoridades lisboetas, por isso mesmo, colocavam claramente limitações à liberdade, à “bem entendida liberdade civil”, nomeando comissão para expedir as necessárias licenças, tendo em vista “não fosse a impressão veículo de paixões particulares e de princípios subversivos da ordem e tranqüilidade pública, nem de doutrina e ainda expressões que pudessem alterar a harmonia e relações políticas, que felizmente subsistem com outras nações, mas sim um meio de ilustrar o verdadeiro patriotismo e de consolidar a moderação, fraternidade e generoso esquecimento dos males passados”. A revolução não queria quebrar os pratos, de forma alguma: liberava os jornais lusos publicados no estrangeiro e recomendava aos censores — que continuavam a existir e a funcionar — razoável liberalidade quanto aos livros importados.

Ora, se assim era na metrópole, seria pior na colônia, onde estava ainda a Corte e onde não chegavam senão os reflexos do movimento do Porto. As autoridades, aqui, recomendavam ao Desembargo do Paço apenas urgência nos despachos de censura, porque era “indispensável nas atuais circunstâncias franquear-se a imprensa, para que se facilite a leitura de papéis que possam dirigir a opinião pública”. O verbo “dirigir” era